



**Alternativas: contribuições do movimento agroecológico brasileiro referenciados no IV Encontro Nacional de Agroecologia para os debates sobre as lutas emancipatórias e o princípio político do Comum**

*Alternatives: contributions of the Brazilian agroecological movement referenced in the IV National Meeting of Agroecology for the debates on the emancipatory struggles and the political principle of the Common*

MONTEIRO, Denis<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Agrônomo, secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia, doutorando na UFRRJ – denisagroecologia@gmail.com

**Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** O texto aborda contribuições do movimento agroecológico brasileiro referenciadas no IV Encontro Nacional de Agroecologia para reflexões sobre lutas emancipatórias e o princípio político do comum, num contexto de defesa da democracia. São destacadas lutas pelo direito à terra e ao território, sementes e manejo ecológico dos solos, água como bem comum, lutas das mulheres e mercados e segurança alimentar e nutricional. O texto destaca o método que dá centralidade às experiências e aos sujeitos sociais e às inovações que dão coerência entre os princípios enunciados e práticas. Fica evidente que as lutas emancipatórias do movimento agroecológico são muito diversas e se orientam pelo princípio político do comum, em oposição à lógica da propriedade privada exacerbada pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Mais do que refutar esta lógica, as lutas apresentam alternativas.

**Palavras-Chave:** movimento agroecológico; lutas emancipatórias; Comum; democracia; alternativas.

**Keywords:** agroecological movement; emancipatory struggles; Common; democracy; alternatives.

**Contexto**

Entre 31 de maio e 3 de junho de 2018, aconteceu num Parque Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), mobilizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sob o lema “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”.

Como afirmam Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes (2018), no livro “Demodiversidade: imaginar outras possibilidades democráticas”:

*Vivemos um tempo em que o autoritarismo social e político parece ganhar terreno um pouco em todo o mundo. Os países que se proclamam democráticos são, de fato, democracias de baixa intensidade, sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas (Santos e Mendes, 2018, p. 17).*



Apesar deste cenário dramático, os autores acreditam que o ideal de democracia continua a alimentar a imaginação e a prática do inconformismo, com lutas sociais que vão além dos cânones da democracia liberal eurocêntrica. Para eles, “a popularização da democracia, em consequência das lutas realizadas, entrou no imaginário popular.” (p. 534). Quais as possíveis contribuições do movimento agroecológico brasileiro, tendo como referência o IV ENA, para “imaginar novas possibilidades democráticas”? Concordando com Miguel (2018) que o sentido da democracia é objeto de disputa entre uma perspectiva liberal que afirma que ela é um terreno neutro no qual os interesses se manifestam, e outra, de questionamento das diferentes formas de dominação e opressão e de lutas por valores igualitários, quais podem ser as contribuições do movimento agroecológico para o debate sobre o sentido da democracia? Pode o movimento agroecológico trazer pistas para responder à inquietação de Miguel (2018) de que: “paralisada pela ausência de um projeto alternativo de sociedade, a esquerda parece condenada a agir de modo apenas reativo”? Quais as questões o movimento agroecológico aporta para o princípio político do Comum, tal como enunciado por Dardot e Laval (2017)? O artigo traz reflexões sobre estas perguntas, selecionando alguns campos de lutas emancipatórias manifestadas no encontro e articulando-as às reflexões teóricas.

## **Descrição da Experiência**

Notas sobre o método. No IV ENA, o objetivo foi identificar a evolução das experiências em seus territórios desde 1988, ano da Constituição Federal. A visibilidade dos sujeitos sociais que protagonizam as experiências e o intercâmbio entre eles são coerentes com a perspectiva da sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Sousa Santos, bem como com sua ideia de rejeitar o desperdício da experiência. Os intercâmbios são espaços para a realização da ecologia de saberes.

Terra e território. Diversas comunidades representadas no IV ENA tiveram, em algum momento de suas trajetórias, o enfrentamento direto à lógica absoluta do direito de propriedade das terras. Assentamentos foram conquistados como resultado de ocupações de terras organizadas pelo movimento sindical e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir dos anos 1980, outros em formatos menos comuns, como a compra de terras em conjunto realizada pelas famílias do movimento sindical da zona da mata de Minas Gerais. As lutas dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, como as geraizeiras, de fundos e fechos de pasto, faxinalenses, vazanteiras, das quebradeiras de côco babaçu e das catadoras de mangaba, dos apanhadores de flores, de territórios pesqueiros, das comunidades que vivem nas reservas extrativistas, reivindicam o reconhecimento dos direitos aos territórios tradicionalmente ocupados, e se apoiam no decreto federal 6040 de 2007. Este tipo de lutas emancipatórias dos povos indígenas e das comunidades tradicionais combinam lutas pelo reconhecimento de diferentes identidades, historicamente invisibilizadas, com a mobilização que reivindica uma base material: o direito à terra para morar e trabalhar. É permanente a tensão entre a perspectiva do autogoverno



destes territórios conquistados, na perspectiva de Dardot e Laval (2017) na qual há uma participação efetiva das pessoas na decisão sobre a gestão dos recursos e a organização da produção, e a lógica de domínio da propriedade privada, que pressupõe inclusive o direito de alienar o bem. O Estado muitas vezes atua favorecendo esta última, quando institui políticas de loteamento de territórios de uso comum ou flexibiliza leis que restringem o seu uso por grandes empreendimentos capitalistas. Mas, o fato de ser recorrente o uso do termo comunidade para designar estes territórios, é evidência de que há esforço coletivo de instituição de autogoverno, com espaços de discussão sobre a conservação dos recursos naturais: matas, pastos, sementes, fontes de água; e também de estruturas de uso comum. São os espaços da democracia comunitária presentes em comunidades camponesas e indígenas na América Latina observados por Santos e Mendes (2018).

Outro campo que questiona o domínio da propriedade privada são as sementes e o manejo ecológicos dos solos. No IV ENA, houve uma grande feira de agrobiodiversidade. Festas e feiras de sementes se multiplicam, com a valorização pública dos guardiões e das guardiãs de grande diversidade de sementes. Há também incentivo à formação de bancos de sementes, trabalho apoiado recentemente por políticas públicas. Estas experiências rejeitam sementes de corporações multinacionais, cujo melhoramento foi conduzido para que respondam a aplicação de fertilizantes sintéticos, causando perda de rusticidade, o que somado à degradação dos solos pelo uso de fertilizantes sintéticos, exigiu o recurso dos agricultores a doses crescentes de agrotóxicos. A defesa das sementes crioulas e o manejo ecológico dos solos são promotores de autonomia do campesinato frente às corporações multinacionais de sementes, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos.

Água: bem comum. Lutas pela democratização do acesso à água no semiárido enfrentaram a dominação dos coronéis, exercida pelo controle do acesso à água. Séculos de dominação deste tipo promoveram exclusões abissais (SANTOS e MENDES, 2018), com grandes contingentes sujeitos à fome em períodos de secas. A mobilização social na região formulou o conceito de convivência com o semiárido e propôs programas públicos que envolvem a construção de cisternas de placas para armazenamento de água da chuva para beber e cozinhar - o Programa Um Milhão de Cisternas; e para produzir alimentos, a chamada 2ª água. Estes programas, concebidos e executados pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), são exemplos de lutas pela redistribuição dos recursos públicos. Não se trata somente de prever orçamento para políticas públicas, mas destiná-los para que organizações da sociedade civil executem diretamente as ações nas comunidades, superando restrições burocráticas e contornando relações clientelistas hegemônicas no Estado brasileiro.

As lutas das mulheres. No movimento agroecológico, é muito presente a mobilização das mulheres na luta contra o patriarcado que é, na perspectiva de Santos e Mendes (2018), base da dominação, junto com o colonialismo e o capitalismo. São lutas contra a invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras, que criaram suas



instituições para atuar nas comunidades: grupos e coletivos de mulheres, comissões vinculadas às articulações sindicais, entre outros, e lutam pela democratização das organizações mistas. Assim, enfrentam o patriarcado em diversos lugares estruturais da sociedade (Santos e Mendes, 2018). No espaço doméstico, com as lutas contra a violência contra as mulheres, contabilizando as horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados e mobilizando a campanha pela divisão justa do trabalho doméstico. No espaço da produção, tirando da invisibilidade a renda gerada a partir da sua produção com as cadernetas agroecológicas, inclusive a renda não monetária gerada pela produção de alimentos e plantas medicinais para auto-consumo, seja no campo ou na cidade. No espaço do mercado, na mobilização para aumentar a renda e pelo direito ao acesso ao dinheiro da venda da produção e para participar diretamente das feiras e de programas de compras institucionais. No espaço da cidadania, na mobilização contra a exclusão das mulheres das políticas públicas, da qual os recentes programas de documentação da mulher trabalhadora rural e de apoio aos grupos produtivos de mulheres são exemplos significativos. No espaço mundial, no engajamento nas lutas feministas em escala global. Foi marcante no IV ENA a presença das mulheres negras para dar visibilidade às lutas de denúncia do racismo estrutural e às experiências por elas protagonizadas, incluindo práticas populares de promoção da saúde e uso de plantas medicinais e as culturas das religiões de matriz africana, num exercício importante de sociologia das ausências.

Mercados e lutas pela segurança alimentar e nutricional. Aqui o poder instituinte das lutas é bem visível: feiras, cestas, mercados dos movimentos sociais e cooperativas, apelo ao aspecto artesanal, iniciativas de promoção da alimentação saudável em oposição aos ultraprocessados, denúncias dos graves problemas de saúde pública causados pelos agrotóxicos. São resistências a formas contemporâneas de dominação do fetichismo do capitalismo de marcas (Miguel, 2018), que usa intensivamente propagandas nos meios de comunicação privados e se esforça para ocultar os problemas de saúde gerados por dietas com ultraprocessados. Muitas experiências acessaram duas políticas públicas discutidas em espaços da democracia participativa: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma das modalidades do PAA é a compra com doação simultânea, na qual o governo federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), comprava diretamente da agricultura familiar e fornecia para entidades atuantes na promoção de segurança alimentar e nutricional com grupos em vulnerabilidade social. Esta modalidade foi praticamente extinta a partir de 2015. A nova lei do PNAE, instituída em 2009, obriga que os órgãos executores do programa destinem no mínimo 30% dos recursos disponibilizados pelo governo federal, para a aquisição direta da agricultura familiar. Trata-se de um caso emblemático de luta por redistribuição dos recursos públicos, pois são cerca de R\$ 800 milhões por ano destinado à agricultura familiar.

## **Resultados**



De volta ao método: inovações do IV ENA. A forte presença de jovens na comissão organizadora do IV ENA, que “se impõe a exigência prática e não mais separar o ideal democrático que eles perseguem das formas institucionais que eles adotam” (Dardot e Laval, 2017, p. 481), fez com que fossem exercitadas várias práticas inovadoras.

Um coletivo de cozinheiras serviu, com a produção dos participantes, um banquete público agroecológico, inspirado no banquete realizado em São Paulo para se contrapor à política então anunciada pela prefeitura de servir a farinata, ração produzida com restos da indústria de alimentos, nas escolas públicas e para pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

Além do banquete, houve a Tenda da Saúde, onde foram desenvolvidas práticas terapêuticas alternativas à alopatia. O coletivo de comunicação e cultura organizou a cobertura jornalística colaborativa, firmou parcerias com mídias alternativas e promoveu a participação de artistas populares no encontro. A ciranda infantil acolheu as crianças, o que favoreceu a participação das mulheres. Foram construídas, no assentamento Denis Gonçalves, na zona da mata mineira, geodésicas de bambu que acolheram as instalações artístico-pedagógicas. Em parceria com cooperativas de catadores, o IV ENA foi “lixo zero”, os resíduos recicláveis foram separados e os orgânicos destinados à compostagem, como é feito na experiência de da Revolução dos Baldinhos, em Florianópolis. As refeições foram preparadas por um coletivo do MST ou servidas nos restaurantes populares que fazem parte das políticas municipais de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Breves notas finais. Neste artigo, espera-se ter trazido contribuições, a partir do movimento agroecológico brasileiro, para as reflexões sobre formas de dominação e lutas emancipatórias em curso no Brasil. Ao rejeitar firmemente o desperdício da experiência, o movimento agroecológico se coloca o desafio de construir proposições políticas, compreendidas não como um programa fechado e imutável, mas como inspirações para o exercício permanente deste princípio político essencial para enfrentar estes tempos de capitalismo neoliberal e suas múltiplas crises: o princípio político do comum, e para imaginar novas possibilidades democráticas.

## Referências bibliográficas

**CARTA POLÍTICA DO IV Encontro Nacional de Agroecologia:** agroecologia e democracia unindo campo e cidade. Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, 2018. 47 p.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. 647 p.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência:** desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018. 244 p.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**  
Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



SANTOS, Boaventura de Sousa e MENDES, José Manuel. **Demodiversidade:** imaginar novas possibilidades democráticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. 541 p.